

Programa Nacional



Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

Preâmbulo

Instituído pela Portaria N° 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – está inserido no Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

O Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – *a educação que queremos para a geração do bicentenário* – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estados e Governos dos países membros em dezembro de 2010.

Fundamentado na Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, serão implantados núcleos de desenvolvimento do Programa em todo o território nacional, com a perspectiva de atingir 100 mil mulheres até 2014.

Instituição Coordenadora do Programa: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Instituições Parceiras do Programa: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Instituições Ofertantes: Instituições Públicas dos Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal; Entidades Privadas Nacionais de Serviço Social e de Aprendizagem e Formação Profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S) e entidades privadas sem fins lucrativos, sendo as últimas de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica.

Instituições Parceiras em Potencial: Ministérios, Estaduais e entidades públicas; Governos Estaduais; Governos Municipais; Organizações da Sociedade Civil e Organizações Internacionais.

Público Alvo: Mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e de baixo nível de escolaridade; moradoras de comunidades integrantes dos Territórios da Cidadania e/ou com baixo índice de desenvolvimento humano.

1. Histórico

O Programa é decorrente da Cooperação Internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE). Iniciada em abril de 2007, as ações tiveram como financiadores e executores, por parte do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Educação, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica; por parte do Canadá, a *Association of Canadian Community Colleges* (ACCC), a *Canadian International Development Agency* (CIDA) e os *Colleges* Canadenses. No desenvolvimento das ações, contou com o Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF) e com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 13 estados das regiões Norte e Nordeste.

As beneficiárias tinham entre 18 e 60 anos, apresentavam quadro de total exclusão social, educacional e econômica. Possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima. Os trabalhos foram voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mundo do trabalho.

O Sistema de Acesso, Permanência e Êxito implantado nos 13 Institutos Federais, em parceria com a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), foi concebido e estruturado a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses em suas experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas e do desenvolvimento e aplicação do Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP).

No caso brasileiro, o Sistema foi adaptado a nossa realidade e teve seu escopo ampliado, prevendo a sistematização de um plano educacional que possibilita a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional na

modalidade de educação de jovens e adultos, integrados ao Ensino Fundamental e/ou ao Médio. O impacto esperado e alcançado foi o de que a formação contribuísse para que essas populações desenvolvessem sua autonomia e exercessem, de forma plena, sua cidadania.

O sistema contempla o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, por meio de equipe multidisciplinar capacitada para encaminhar o alunado não-tradicional e desfavorecido para o desenvolvimento de programas personalizados. No itinerário formativo, estão previstas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade e, conseqüentemente, para o acesso ao mundo do trabalho. O Sistema na sua adequação contempla a criação do Observatório do Mulheres Mil que possibilitará o acompanhamento, monitoramento e avaliação contínua dos resultados e impactos gerados nas mulheres, nas famílias e nas comunidades.

As narrativas orais das mulheres participantes refletem que houve uma transformação substantiva na vida pessoal e familiar, como sujeitos da sua própria história. Há casos em que os filhos voltaram a estudar porque querem seguir o exemplo da mãe; outras garantem a renda familiar com a própria produção etc. Os primeiros resultados de sucesso já apontavam para o caminho da institucionalização da experiência como política pública inovadora, na qual a educação e a formação profissional e tecnológica se consolidam como instrumento para a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável de comunidades.

2. Justificativa

O Programa Nacional Mulheres Mil é uma proposta de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano. Enquanto ação nacional, essa iniciativa aportará contribuições significativas no Plano Brasil sem Miséria do atual Governo Federal.

Não obstante, o Programa promoverá a ampliação da formação de jovens e adultos que possam atender à atual demanda da economia brasileira, que carece de trabalhadores para atuar nos seus mais diversos setores.

A opção pelo recorte de gênero dá-se pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País.

A Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD) de 2009 aponta que no período de 2001 a 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Em termos absolutos, são quase 22 milhões de famílias que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino. O crescimento do número de mulheres chefes de família também aconteceu nas casas em que o marido estava presente, passando de 2,4%, em 1998, para 9,1%, em 2008.

No que se refere à renda, 73% das mulheres – no papel de cônjuge – ganham menos que o marido, sendo que 37,2% recebem até 50% do total obtido pelo companheiro.

Aliadas a isso estão as dificuldades de acesso à oferta de formação e qualificação profissional e cidadã que respeitem as peculiaridades e dificuldades desta parcela da população que tem uma tripla jornada de

trabalho, pois, além da atividade laboral de subsistência (domésticas, marisqueiras, costureiras, entre outras), como detectado nos 13 estados, cuidam dos filhos, da casa e muitas ainda são responsáveis pelo cuidado dos familiares mais idosos.

Diante do contexto, o Programa Nacional Mulheres Mil deve abranger a população feminina na faixa etária acima de 18 anos, que busca oportunidades de acesso às ações educacionais e à inclusão e permanência no mundo do trabalho, tendo como ponto central a identificação, reconhecimento e valorização da diversidade e dos saberes acumulados em cada uma de suas etapas de vida.

Nas 13 experiências implantadas no Norte e Nordeste, detectaram-se peculiaridades referentes às moradoras da área rural e urbana na faixa etária entre 30 e 60 anos. Essa parcela da população sofreu um processo de exclusão educacional e social e encontra-se hoje à margem dos direitos. As moradoras da área rural, por falta de escola no campo e pela necessidade de trabalhar na infância, não tiveram oportunidades de estudar. Em função disso, a maior parte é analfabeta.

Em relação às moradoras da área urbana, muitas fazem parte das estatísticas de brasileiros que migraram do campo para a cidade entre as décadas de 60 e 80 e, junto com as suas famílias, foram habitar as periferias e as áreas de risco dos grandes centros urbanos. Entre essas, a maior parte, também pela necessidade de contribuir com o sustento da família, não teve condições de acesso à escola e apresenta baixos índices de escolaridade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009 mostra em estatísticas a realidade vivenciada na experiência do Mulheres Mil. O número de analfabetos no país é de 14.104.984 de pessoas. Deste total, 92,6% tinham 25 anos ou mais de idade, o que representava 12% do total da população nessa faixa etária. Entre as pessoas de 50 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 21%. A pesquisa mostrou ainda que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade entre os homens é de 9,8% e entre as mulheres é de 9,6%. As informações apontam as maiores

variações da taxa de analfabetismo que foram registradas no Nordeste, que passou de 22,4% para 18,7%, e no Norte, cuja taxa diminuiu de 12,7% para 10,6%.

No que se refere ao analfabetismo funcional, um em cada cinco brasileiros (20,3%) é analfabeto funcional. É considerada analfabeta funcional a pessoa com 15 ou mais anos de idade que tenha menos de quatro anos de estudo completo. Em geral, ela lê e escreve frases simples, mas não consegue, por exemplo, interpretar textos. Segundo a pesquisa, o problema é maior na região Nordeste, na qual a taxa de analfabetismo funcional chega a 30,8%. Na região Sudeste, onde esse índice é menor, a taxa ainda supera os 15%.

Outra realidade vivenciada por essas mulheres é a invisibilidade, pois, por morarem em áreas de risco, às margens de rodovias, leitos de rios e mangues, comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, não são contabilizadas nas estatísticas, muitas sequer têm documentação, e assim não conseguem a inclusão em políticas públicas. Mesmo aquelas que têm o ensino fundamental ou ensino médio incompletos, por falta de qualificação profissional, estão desempregadas ou em subempregos e ganham menos que os homens.

No que se refere aos trabalhadores ocupados e desocupados, observa-se que, apesar dos avanços no número de pessoas com carteira assinada, ainda temos no Brasil um contingente enorme de excluídos dos mecanismos de proteção social, sendo que, em 2008, do total de empregados, 62% possuíam carteira de trabalho assinada. Por outro lado, o momento de crescimento econômico que o Brasil vive hoje tem aumentado a demanda por profissionais qualificados.

Os resultados obtidos nas 13 experiências demonstram a importância de implantar políticas educacionais com recorte de gênero. Segundo as narrativas orais das alunas, detectou-se que o acesso à formação educacional e profissional contribuiu para mudanças na vida dessas mulheres em diversos aspectos, desde a inserção de egressas no mundo do trabalho, nas relações familiares, na melhoria do desempenho dos seus filhos na escola, visto que

elas passaram a auxiliá-los e incentivá-los nos estudos. Além disso, elas conquistaram respeito dos seus cônjuges e companheiros, reduzindo a violência doméstica, assim como assumiram o papel de multiplicadoras de conhecimentos nas suas comunidades, incentivando e mobilizando outras mulheres a seguir a mesma trajetória.

Diante dos impactos positivos apresentados pelas experiências do Norte e Nordeste e da necessidade de atendimento à demanda do alunado não tradicional, é fundamental dar continuidade a esta ação, consolidando planos educacionais que integrem aspectos do ensino propedêutico, a profissionalização e o domínio das tecnologias, devendo-se prever a elevação de escolaridade e o resgate da autoestima. Para tanto, que sejam contemplados, em seus cursos, projetos, oficinas e práticas temáticas como: cidadania, direitos da mulher, saúde, meio ambiente, relações interpessoais, inclusão digital etc.

Essa formação é inovadora porque é criada de acordo com a identificação da experiência não-formal adquirida pela mulher ao longo da vida e de acordo com os seus anseios pessoais e profissionais, construindo-se um itinerário formativo personalizado. Dessa forma contribui para a ampliação do alcance da educação de jovens e adultos, visando à elevação de escolaridade de suas beneficiárias. Como integra a educação regular com a formação profissional, torna-se atrativo porque a aluna vislumbra a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho.

Em síntese, o Programa pretende ampliar o atendimento, garantindo o direito à educação, oportunidade de melhoria de renda por meio do acesso ao trabalho decente. Assim, contribuirá para reduzir os índices de miséria e pobreza, para elevar os níveis educacionais e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País, com mais equidade e justiça social.

3. Objetivos

- Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional.
- Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas.
- Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade.
- Estruturar e implantar o Observatório do Mulheres Mil.
- Estabelecer uma Rede de Intercâmbio de Experiências, de Informação e de Disseminação.
- Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo Programa.
- Capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do Programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil.
- Acompanhar, monitorar e avaliar o Programa por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).
- Desenvolver e implantar o Selo de Certificação da Metodologia Mulheres Mil.

4. Meta

- Entre 2011 e 2014, o Programa prevê a formação de 100 mil mulheres, moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes dos Territórios da cidadania.

5. Impactos

- Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país.
- Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.
- Reduzir os índices de violência doméstica.
- Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas.
- Melhorar as relações familiares e comunitárias.
- Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais.
- Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Contribuir para a redução do analfabetismo.
- Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional.
- Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida.

6. Metodologia

As instituições que participarão do Programa iniciarão e promoverão uma cultura de inovação e inclusão a partir das características, experiências e necessidades de cada território e suas populações. O Programa Mulheres Mil alcança uma concentração setorial, regional e institucional por meio da melhoria do acesso de mulheres à educação e ao mundo do trabalho, promovendo, assim, o crescimento humano, com a melhoria das condições de vida sociocultural e econômica e governança de suas comunidades, conforme se transformam em cidadãs, social e economicamente emancipadas.

A metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil é o instrumento facilitador no processo de implantação e implementação de programas, projetos e ações que contemple o acolhimento, a educação, a qualificação e formação profissional e tecnológica, a estruturação de empreendimentos, o acesso ao mundo do trabalho, o desenvolvimento sustentável de comunidades e de pessoas desfavorecidas e não tradicionais.

Portanto, o acesso às instituições integrantes do Mulheres Mil passa a ser concebido como um instrumento de inclusão, promotor de permanência no ambiente das instituições e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade, dada a mudança de concepção de acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo.

Não obstante, esta concepção de acesso inclusivo que reconhece e valoriza os saberes construídos na comunidade traz não só para os Institutos mas para toda a instituição que esteja incluída no Programa Mulheres Mil uma oportunidade extraordinária de estabelecer um diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres e das populações não tradicionais.

Considerando que a metodologia apresenta caráter inter, trans e multidisciplinar, a instituição integrante do Mulheres Mil deverá constituir equipe

com profissionais que atendam às peculiaridades do Programa, os quais deverão se apropriar da metodologia que será apresentada a seguir:

Sistema de Acesso, Permanência e Êxito

Módulo do Sistema - Acesso

Chamamos de acesso um conjunto de serviços, métodos e sistemáticas de aproximação, compreensão e diálogo com a comunidade, que possibilite o processo de inclusão de populações não tradicionais nas instituições educacionais.

Os serviços de acesso incluem ações de sensibilização, resgate e ingresso. Os trabalhos de busca são aqueles que iniciam e consolidam a interface e o diálogo com a comunidade, o que permite às instituições de ensino aproximar-se da realidade e do contexto das comunidades, conhecê-los e compreendê-los, identificando seus sonhos, suas necessidades, desafios e demandas, contribuindo, assim, para a definição de suas políticas e diretrizes. Nesse momento é vital estabelecer-se confiança mútua para que o diálogo se consolide e produza frutos.

Na instituição, deverá ser estruturado um local de referência para as alunas, denominado Escritório de Acesso, especificamente para receber, acolher, orientar, encaminhar e acompanhar as mulheres que procuram a Instituição para obter informações sobre o Programa, as ofertas e possibilidades educacionais. O Escritório de Acesso, referência no compartilhamento das informações e ações do Programa, congrega pessoas e a equipe multidisciplinar, caracterizando-se como espaço de troca de experiências, de construção e de fortalecimento de vínculos e de relações.

Objetivos do Módulo Acesso

Conceber, estruturar e implementar um conjunto de serviços, métodos e sistemáticas para:

- aproximar, compreender e estabelecer diálogo das instituições com as comunidades e pessoas beneficiadas pelo Programa;
- efetivar processos de inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais integrantes do Programa;
- agregar valor ao processo de ingresso, reconhecendo a aprendizagem e saberes previamente adquiridos pelas mulheres e respeitando sua trajetória de vida e sua construção social por meio da Rede Certific;
- contribuir com o desenvolvimento da competência institucional na aplicação de metodologias, instrumentos e currículos que materializem os processos de inclusão e permanência das populações historicamente excluídas do sistema educacional e do mundo do trabalho;
- fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres pelo acesso à educação e ao mundo do trabalho;
- estabelecer diálogos e parcerias com o mundo do trabalho para possibilitar o ingresso e a permanência das educandas nos seus empregos e empreendimentos.

As ações e práticas no Módulo de Acesso devem, portanto, ser democráticas e inclusivas, promovendo a sustentabilidade e a equidade, independentemente da faixa etária, da cor, raça, localidade ou do conhecimento educacional prévio das mulheres beneficiadas.

Módulo do Sistema - Permanência e Êxito

Consiste em um conjunto de ações, serviços, métodos e sistemáticas de caráter inter, trans e multidisciplinares direcionadas à oferta educacional e ao atendimento socioeconômico das educandas, pautado em um processo planejado, articulado e integrado, que seja capaz de favorecer e fomentar o

desenvolvimento integral e sustentável das alunas, de seus familiares e das comunidades em que vivem.

O Módulo Permanência e Êxito inclui estrutura e serviços acadêmicos e de assistência social e faz parte de uma cultura inclusiva, que promove a criação de uma comunidade escolar segura, solidária, acolhedora, colaborativa e estimulante, com ênfase na valorização do sujeito e dos grupos sociais.

Nessa perspectiva, é importante a articulação, integração e utilização das estruturas e serviços de suporte e apoio – serviço social, psicologia, assistência estudantil, saúde, direitos da mulher etc – formando uma rede colaborativa, constituída de serviços ofertados pela própria Instituição ou em parcerias locais, que melhorem e ampliem a capacidade de atendimento, visando responder adequadamente à diversidade desse grupo de educandas e de suas demandas sociais, educacionais e profissionais.

No que diz respeito ao acesso, permanência e êxito no mundo do trabalho, concomitantemente será desenvolvido um conjunto de ações a serem implantadas visando à inserção produtiva do público alvo do Programa Mulheres Mil, de forma sustentável.

Considerando a realidade das educandas, há de se perceber que elas já possuem experiências e saberes adquiridos ao longo da vida, os quais serão reconhecidos e aperfeiçoados na formação em que estão inseridas. Muitas já desenvolvem atividades profissionais para sua subsistência; outras estão desempregadas ou em subemprego.

Esse contexto demanda a elaboração de planos de ação específicos que articulem a formação e a conexão com o trabalho. Nesse sentido, é importante considerar, além das habilidades demandadas pelas mulheres, as potencialidades econômicas existentes para detectar a vocação econômica local e, a partir daí, estabelecer parcerias com as entidades e empresas, visando à inserção das educandas no mundo produtivo, por meio de

empreendedorismo, associações solidárias, empregabilidade e incubadoras tecnológicas sociais. Como consequência dessa ação, verifica-se que as educandas têm diversas alternativas de mobilidade no mundo do trabalho.

Objetivos do módulo Permanência e Êxito

Conceber, estruturar e implementar um conjunto de ações, serviços, métodos e sistemáticas para:

- garantir a permanência com êxito do público alvo nas instituições educacionais, minimizando as possibilidades de baixo rendimento escolar e/ou de desistência;
- dar suporte, em forma de serviços e espaços, às mulheres, alunas do programa, para que elas resgatem sua segurança e sintam confiança na equipe multidisciplinar e na instituição;
- disponibilizar estruturas e serviços de orientação e aconselhamento às educandas para superação das dificuldades inerentes aos processos de inclusão, permanência e êxito na instituição e no mundo do trabalho;
- estimular as práticas avaliativa, reflexiva e pró-ativa, perante os desafios, dificuldades e oportunidades ofertadas pelo mundo de trabalho;
- propiciar um ambiente bem estruturado, amigável e acolhedor, que aumente as possibilidades de um bom desempenho e do pleno êxito das alunas;
- estruturar os espaços e preparar as pessoas que atuam nas instituições, em especial os envolvidos com o Mulheres Mil, para que os processos de acolhimento e formação aconteçam em um ambiente de respeito, afirmativo e solidário, contribuindo assim para a melhoria da autoestima e segurança de propósitos;
- dotar a instituição de um Plano Integrado de Acesso do Alunado ao Mundo do Trabalho, articulado com as instituições que possuem interface com a temática;
- diagnosticar os arranjos, vocações e potencialidades produtivas, sociais e culturais dos territórios e comunidade beneficiados pelo Programa;
- capacitar as educandas para a compreensão e exercício da economia

solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo;

- firmar parcerias com instituições públicas e privadas para viabilizar a inserção e permanência das egressas no mundo de trabalho;
- efetivar processos de inserção sustentável no mundo do trabalho das populações não tradicionais atendidas pelo Programa;
- monitorar e avaliar as educandas no desenvolvimento dos estágios e no desempenho de seu trabalho ou do seu empreendimento.

A Metodologia do Sistema de Acesso e Permanência do Mulheres Mil será compilada em um Guia Metodológico, o qual será disponibilizado para as Instituições Integrantes do Programa, durante as oficinas de capacitações que serão ofertadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica no Centro de Referência Mulheres Mil, em Brasília.

7. Observatório

O Observatório Mulheres Mil é o espaço estruturado que articula, integra e realiza estudos e pesquisas sobre o monitoramento da trajetória das egressas no mundo do trabalho, bem como dos resultados e impactos do Programa em suas vidas, nas famílias e em suas comunidades, subsidiando o debate e a reflexão no processo de formulação de políticas.

O objetivo é produzir, analisar e difundir informações sobre as dinâmicas do mundo do trabalho, o desempenho das egressas e compatibilidade com a oferta dos profissionais qualificados, e assim fomentar readequações no projeto político-pedagógico, na gestão sustentável e na assessoria das educandas e egressas em sua vida profissional.

8. Centro Nacional de Referência

O Centro Nacional de Referência Mulheres Mil terá como atribuição o desenvolvimento programático e organizacional para a formação das equipes do Mulheres Mil nas áreas de planejamento e gestão de programas multiculturais brasileiros, em especial ações de equidade de gênero.

Dentre as ações a serem empreendidas, o Centro realizará o aprimoramento e disseminação da metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio da promoção de cursos, oficinas, pesquisas e debates entre as instituições integrantes do programa.

A partir dos estudos e pesquisas do Observatório Mulheres Mil e das diversas experiências que serão implementadas em todo o território nacional, serão fomentadas redes de intercâmbio de informação e de disseminação e de pesquisas acadêmicas e aplicadas, nas áreas social e tecnológica inerentes ao Programa.

9. Organização e Gestão

Para alcançar os resultados pretendidos e a eficácia do Programa, é fundamental incluir as diversidades de atores que contribuirão para a condução estratégica e funcional.

O Programa será assim organizado:

Comitê Nacional

Para as ações de planejamento estratégico, normatização e de supervisão será constituído um Comitê Nacional, por meio de portaria com a indicação de seus membros. Caberão a esse Comitê as decisões políticas

envolvendo o programa, inclusive o estabelecimento de diretrizes e metas anuais, de acordo com os objetivos estabelecidos.

Comitê Executivo Nacional

O acompanhamento e o controle social da implementação nacional do Programa serão exercidos por Comitê Executivo, com função consultiva, sendo que as atribuições e o regimento serão definidos pelo Ministério da Educação.

Centro Nacional de Referência

O Centro de Referência Mulheres Mil terá como missão realizar ações voltadas para a formação de formadores, fomento à pesquisa e publicações, articulação com parceiros, promoção de seminários e atividades de mobilização, comunicação, intercâmbio de experiências e disseminação.

Comitê Executivo Local

O Comitê Executivo Local refere-se à equipe multidisciplinar da instituição integrante dos Núcleos de Desenvolvimento do Programa e será responsável pela coordenação, implantação, monitoramento, avaliação e parcerias locais. Cada instituição deverá indicar um representante para coordenar as ações e fazer a interlocução junto aos demais Comitês Nacionais e Centro de Referência Nacional. Esse coordenador deverá ainda ser o responsável pela articulação com os demais núcleos da sua instituição.

10. Financiamento

Para a implementação do programa, serão utilizados recursos do Governo Federal e das Instituições Parceiras e Ofertantes. São elas Instituições Públicas dos Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal; Entidades Privadas Nacionais de Serviço Social e Aprendizagem e Formação Profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S) e entidades privadas

sem fins lucrativos, sendo as últimas de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica.

11. Avaliação e acompanhamento do Programa

O acompanhamento das ações do Programa será feito por intermédio de:

- análise do relatório de acompanhamento das atividades dos núcleos;
- análise do relatório final dos núcleos;
- resultados de participação em eventos locais, regionais e nacionais;
- publicações de artigos acadêmicos e pesquisas;
- resultados dos eventos de sensibilização e capacitação;
- visitas técnicas “in loco” nas instituições participantes e nas comunidades envolvidas;
- pesquisas de impactos do Programa;
- análise do rendimento e permanência das alunas;
- análise dos índices de inserção no mundo do trabalho.

12. Publicações

As publicações e quaisquer outros meios de divulgação dos trabalhos realizados e de seus resultados deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do MEC: Programa Nacional Mulheres Mil e parceiros.

13. Informações adicionais

Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidos por meio de contato com a Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica, pelos telefones (61) 2022-8586, 2022-8670 ou 2022-8671, ou pelo correio eletrônico programamulheresmil@mec.gov.br.